# O Colyseu: arena de touros e toureiros do além-mar – Belém do Pará (1894-1900)

*Maria de Nazaré Sarges*
UFPA

Em 1900, os intelectuais mais ilustres da cidade de Belém do Pará são convidados a escrever para um "Álbum Comemorativo" intitulado *O Pará – 1900*, num balanço das diversas áreas do conhecimento, como a geografia, as ciências da natureza, a meteorologia e a climatologia médicas, os estudos sobre mortalidade e natalidade, a higiene, a patologia médica, a etnografia, a história e a imprensa no Pará. O propósito dessa brochura encomendada pelo governador do Pará, dr. José Paes de Carvalho, era comemorar os quatrocentos anos da descoberta do Brasil como também propagandear as benesses da região, e em especial do estado do Pará, num esforço para demonstrar que era possível construir uma "civilização" nos trópicos.

Dentre os articulistas, o barão do Marajó chamava atenção para o clima da região, pois no dizer do ilustre homem "a Amazônia é um mundo novo que se abre ao final do nosso século ... um clima benigno que evita os gastos com a dureza do inverno". Na tentativa de demonstrar que a cidade era segura em termos de salubridade e higiene, o dr. Américo Campos ao escrever sobre a higiene ressaltava as ruas largas, calçadas e ajardinadas que eram varridas diariamente e cujo lixo era recolhido ao forno crematório, um dos símbolos da modernidade.

Desse modo, todos os artigos procuraram construir uma imagem positiva da região – terra em abundância, clima bom, próspera e civilizada – numa tentativa de consolidar a política de imigração tão necessária no momen-

to em que a região vivenciava a escassez da mão-de-obra para trabalhar na lavoura e nos seringais.

Essa política de imigração estrangeira é observada pela historiadora Maria Thereza Petrone.[1] Ao analisar a imigração para São Paulo, a autora aponta que a existência de terras em abundância fazia parte dos guias de imigrantes e de outras publicações para atrair gente para o país. Aliás, essa "miragem" ou "possibilidade", como diz a historiadora, é observada na propaganda relacionada à Amazônia.

Portanto, a implantação de mão-de-obra imigrante, para suprir a falta de mão-de-obra local, gerou uma problemática importante neste projeto acerca do povoamento da região e da civilização, levando também a grandes debates entre os intelectuais. Um exemplo é Sant'Anna Nery, que considerava a imigração estrangeira como a política mais viável para implantar o progresso em uma região que se apresentava com inúmeras possibilidades de desenvolvimento. Esse literato era considerado pelos governantes do Pará e do Amazonas um dos maiores propagandistas da região, o mais eficaz entre vários, tanto que teve o seu livro *O País das Amazonas* financiado pela Assembléia Legislativa do Amazonas.

Lauro Sodré, governador do Pará, enfatizava que o "estrangeiro que queira viver conosco encontrará uma terra hospitaleira e um clima benigno que lhe garantirá saúde e robustez...". Nessa política de atração de mão-de-obra estrangeira, Lauro Sodré solicitou ao Congresso a autorização para a introdução de 100 mil imigrantes, "armando o governo de meios necessários para realizá-la, pelo meio mais vantajoso aos cofres públicos, ou adotando medidas completas que dêem como resultados seguros a aquisição daquele ou de número maior de braços".[2]

Para o governador do estado a introdução de imigrantes no Pará, além do imprescindível apoio político do Congresso do Estado, só seria viável após o combate ao

---

1 PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 55.

2 Secretaria de Obras públicas, Fundo de repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, série 5, Imigração (espanhóis), 1896 (cx n.9).

> injusto juízo contra o Pará, alimentado fora do país e dentro dele, nos Estados do Sul,[3] onde figuramos como a região de todos os males, como a zona da terra eleita pela morte. Precisamos ir contra o encontro dessa campanha de descrédito movido contra nós mais por ignorância do que por desafeição. Precisamos por um programa incansável e racional desfazer essa forma cruel e essa triste nomeada, provando com dados e com testemunho insuspeito de sábios e viajantes que nem entre nós intolerável temperatura, porque demoramos sob a linha dos equinócios nem é geral a insalubridade circunscrita a certas e determinadas zonas.[4]

A fala de Sodré expressa a disputa entre os agentes da imigração do sul do Brasil e os agentes da imigração do norte, luta motivada pela própria legislação que os recompensava pelo número de imigrantes enviados aos estados, e uma disputa pelas verbas de subvenção da imigração, política estabelecida desde o final do Império até os anos iniciais da República. Essa disputa pelo mercado de trabalho incentivou a arregimentação de pessoas consideradas indesejadas para o Estado, aquelas que não apresentavam nenhum vínculo com o trabalho agrícola e, muitas vezes, nenhuma ocupação.

Em mensagens seguintes são reforçados os argumentos para o incentivo governamental dos imigrantes estrangeiros baseados nas grandes extensões de terras incultas por falta de trabalhadores, os "braços" de que tanto fala Sodré:[5] "Do estrangeiro afluirão igualmente os capitais desocupados quando tiverem o conhecimento exato das nossas riquezas, ministrado por uma propaganda efetiva e inteligente, deixar patente que aqui encontrarão os capitalistas remuneração sobeja".[6]

A solução apontada para isso é a criação por conta do Estado do serviço de colonização. Em junho de 1894 o Congresso aprovou uma lei específica para a colonização, priorizando a atração de estrangeiros de boa conduta, aptos para o trabalho na lavoura e acompanhados pela família; para eles seria disponibilizada a concessão gratuita dos lotes ou terras, assim como "fornecimento gratuito das ferramentas e utensílios indispensáveis para o trabalho e

3 O termo "sul", quando aparece nas fontes do período deve ser entendido como uma região que engloba os estados da atual divisão Sul e Sudeste.

4 Citado, p.8-9.

5 Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo em 7 abr. 1894. In: SODRÉ, Lauro. *Palavras e actos*. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1896. p. 23.

6 Ibidem, p. 24.

instalação e adiantamento em dinheiro para a manutenção mensal por seis meses".[7] Os imigrantes tinham de apresentar atestado de boa conduta, e para receberem os benefícios estaduais estavam obrigados a não se retirarem do Pará por um período de três anos. Obrigação que foi suprimida ainda em 1896, por pressão das autoridades italianas que a consideraram um tolhimento à liberdade dos imigrantes, e que em decorrência disso impediam a saída de seus conterrâneos com destino ao Pará. Segundo Manuel Baena em relatório a Lauro Sodré, mesmo com o atendimento da solicitação das autoridades italianas não ocorreu nenhum aumento no fluxo de imigrantes italianos ao estado, pelo contrário, com a supressão do artigo aumentou apenas o número de "imigrantes que tendo aproveitado as passagens gratuitas que lhes faculta o governo, na intenção de virem destinados a trabalhar como agricultores ou em qualquer industria útil no Estado ... aqui chegados procuram desde logo se retirar para algum Estado do Sul, onde alguns deles já tem estado e onde muitos já tem parentes estabelecidos".[8]

O jornal *Folha do Norte*, vinculado ao grupo "laurista", apoiava a política de imigração do governo Lauro Sodré, reconhecendo que: "A imigração e um mal em todos os países do mundo. Aqui, porém, este mal parece menor, sendo que a confortá-la, a encaminhá-la, a fazer esperar um porvir cheio de resultados satisfatórios, estão vivos e fortes os sentimentos humanitários, do sr. Mendonça (diretor) que é um pai para todos os imigrantes".[9]

Porém, desde 1890 a imprensa já reclamava da chegada de imigrantes em solo paraense e enfatizava que "desde as primeiras tentativas de atrair imigrantes para esta terra temos sido infelizes e as centenas de contos de réis, consumidas já com essas tentativas, representam a sorte da semente lançada em terra estéril".[10]

---

7 Lei nº 223 de 30 jun. 1894. In: *Colleção de Leis Estaduais do Pará*. Belém: Imprensa Oficial. p. 236. A solicitação de Sodré ao Congresso do Estado (Câmara dos Deputados e Senadores) para que viabilizasse meios para que o Governo do Estado iniciasse seu próprio programa de colonização já vinha sendo feito anteriormente. Ver, por exemplo: Mensagem dirigida ao Congresso do Estado em 01 fev. 1893.

8 Relatório apresentado ao Governador do Estado pelo secretário Manuel Baena em janeiro de 1897. Belém: Typ. do Diário Official, 1897.

9 *Folha do Norte*, Belém, p. 1, 9 jul. 1897.

10 A *Província do Pará*, citada em *Diário de Notícias*, p. 2, 31 out. 1890.

Nesse mesmo ano, o *Diário de Notícias*[11] conclamava uma rápida intervenção do governador do estado, pois os imigrantes passariam da mendicância "a larápios e dentro em pouco teremos consideravelmente aumentada a estatística de criminosos, importados a custa do dinheiro do povo". Diante de tal realidade, o mesmo jornal ao saber da chegada, havia cerca de dois meses, de vinte colonos espanhóis que ainda não tinham sido encaminhados para algum trabalho, informava que "alguns andam pedindo esmola de porta em porta"; o impresso não perdia a oportunidade para disparar: "exceto na [porta] do governador, que não sabe o que se passa nesta grande cidade".

Sujeitos que longe de se enquadrarem no perfil desejado pelos poderes públicos, isto é, trabalhadores agrícolas, em alguns casos não se submeteram às regras impostas para a sua permanência no Pará, fazendo usos estratégicos do programa de imigração para se dirigirem a outros estados ou então desenvolverem outros ofícios. Contudo, é importante observar que a imigração estrangeira para a Amazônia não se enquadra no mesmo projeto das regiões cafeeiras. A vinda dos europeus ocorre no momento do auge da economia da borracha, contudo essa gente não veio atraída para trabalhar nos seringais, mas sim na perspectiva de povoamento da região, de desenvolvimento agrícola. No caso paraense a situação era agravada em razão da atividade extrativa da borracha, pois esta, segundo os contemporâneos, acabava por desviar os braços que poderiam ser aproveitados na agricultura. Além disso, os brancos europeus eram considerados os sujeitos representantes de "raças mais evoluídas", que levariam ao progresso e à inserção da região na civilização.

## BELÉM NA VIRADA PARA O SÉCULO 20: DE CIDADE PORTUGUESA À *PETIT PARIS*

A cidade de Belém, com uma emblemática colonização portuguesa que se reflete, sobretudo no bairro da Cidade Velha, presenciou no final do século 19 e início do 20 significativas transformações urbanas inspiradas no projeto

10 A *Província do Pará*, citada em *Diário de Notícias*, p. 2, 31 out. 1890.

11 *Diário de Notícias*, Belém, p. 2, 31 out. 1890.

haussmanniano, em decorrência do surto da economia da borracha que exigiu um espaço adequado ao escoamento da produção gomífera. O principal agente modernizador da cidade, o intendente Antonio Lemos, sonhava em transformar Belém em uma *Petit Paris*, e deste modo, inseri-la no contexto da civilização ao mesmo tempo em que atendia aos valores estéticos de uma classe social em ascensão (seringalistas, financistas, comerciantes e fazendeiros), vinculada ao *boom* da borracha.

O desenvolvimento econômico da cidade, que se acelerou a partir de 1870, indica que no ano de 1900 já existiam mais de trinta fábricas produzindo móveis, sabão, perfumaria, malas, massas alimentícias, louças, objetos de cerâmica, chocolates, biscoitos, licores, chapéus, carruagens, fogos, vinhos e cantaria de granito e mármore. Havia também fábricas de gelo, curtumes, litografias e um movimentado setor da construção civil, o que nos dá a importância comercial da cidade.[12]

Se por um lado vemos esse desenvolvimento comercial e as transformações que modificaram a paisagem urbana de Belém, colocando-a entre as principais cidades modernizadas do território brasileiro, por outro, houve aumento dos problemas sociais com a arregimentação de trabalhadores do Nordeste brasileiro, os quais vinham embalados pela esperança do enriquecimento fácil. Juntamente com os nordestinos chegaram também imigrantes de variadas nacionalidades – portugueses, espanhóis e italianos, entre outros.

Nesse cenário de prosperidade o mundo do trabalho se rearruma e se diferencia, expondo aqueles considerados trabalhadores urbanos "especializados" – como os tipógrafos, artistas, carpinteiros, sapateiros, alfaiates, costureiras e chapeleiras –, geralmente estrangeiros, e aqueles "não-especializados", como os vendedores de rua, carroceiros e carregadores, enfim, uma gama de ocupações que se enquadravam nesta nova ordem ditada pela ideologia do progresso.

Nesse período que compreende o fim do trabalho escravo – embora aqui não se trate de liberação de capital imobilizado como ocorreu na economia cafeeira – e a presença de novos grupos étnicos, com o aparecimento de novas ocupações profissionais – como, por exemplo, os toureiros e os chocolateiros –, uma clara delimitação entre os vários segmentos que compunham as camadas populares vai aparecer mais nitidamente. Em relação à presença dessa diversidade de profissões, há outro aspecto bastante interessante na especializa-

12 MOURA, Ignacio. Geografia Política do Estado do Pará. In: *O Pará 1900*. p. 155.

ção da cidade, pois desde a década de 1870 Belém apresentava áreas definitivamente marcadas pelos ofícios, como se pode observar no censo de 1872.

Morando, por volta do início do século 20, no bairro do Reduto, área situada próximo ao porto, Osvaldo Orico,[13] um literato paraense, ao escrever suas memórias da infância, lembra que os moradores eram na maioria pequenos comerciantes, operários e costureiras. Próximo desse bairro estava o Umarizal, que após a abolição tornou-se um bairro tipicamente proletário, habitado por negros forros e seus descendentes,[14] trabalhadores braçais dos mercados e do cais do porto, amas-de-leite, cozinheiras e lavadeiras.

De Campos Ribeiro, outro literato paraense que também morou no bairro do Umarizal, não esqueceu em suas memórias as figuras dos pregoeiros das ruas e dos estrangeiros compradores de jóias inutilizadas, pedaços de anéis, brincos, cordões, nem tampouco o "Seu João português", padeiro-taberneiro da "D. Luiz I" que num sotaque inconfundível respondia com azedume a quem o apressasse no aviamento do pedido: "Se tens tanta pressa assim, por que é que não *bais* mais adiante, ó dianho?".[15]

Dalcídio Jurandir lembra-se de uma Belém dos assoalhos das casas do centro da cidade, lavados por portugueses. Nas casas ricas e remediadas, eram portugueses que ensaboavam, esfregavam, lavavam e enxugavam as peças.[16] A busca dessas lembranças serve para mostrar que ainda na segunda década do século 20, ao lado desses trabalhadores, donos de padaria ou mercearia, outras personagens faziam parte desse mundo do trabalho. É o caso do "Cocadinha", que às duas da tarde caminhava a pregoar "cocadinha, pandeló, beijo de moça!", ou do velho português "cujo passo bem serviria de modelo a um mestre de cerimônia, tal a dignidade, a solene lentidão", que carregando galinhas e ovos anunciava "*Ov Fresco*", "*Fran Gord*!".[17] São esses trabalhadores ambulan-

13 ORICO, Osvaldo. *Da forja à academia*. Rio de Janeiro: J. Olympio Ed., 1960.

14 Ver SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Belém: Cejup, 1993. p. 166.

15 De Campos Ribeiro, José Sampaio. *Gostosa Belém de outrora*. Belém: Secult, 2005. p. 37.

16 DALCÍDIO JURANDIR. *Belém do Grão-Pará*. Belém: Ed. UFPA; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004. p. 298.

17 Ibidem, p. 69-70. Ver também SARGES, Maria de Nazaré. A cidade de Belém no tempo da borracha. In: FONTES, Edilza (Org.). *Contando a História do Pará*. Belém: E. Motion, 2002. p. 17. v. II.

tes que se constituíram no principal alvo da regulamentação do Estado, pois eram considerados incompatíveis com o processo de civilização que o poder público tentava implementar na cidade.

Sabe-se que nesse período, um dos traços característicos foi o intenso crescimento de contingentes urbanos em quase todas as cidades brasileiras, decorrente desse processo modernizador que levou à inversão da distribuição sócio-territorial da população brasileira, correspondendo com o intenso movimento migratório, tanto nacional como estrangeiro. No caso de Belém, como já se assinalou, esse afluxo esteve intimamente relacionado à produção da borracha e ao deslanchar da propaganda de modernização da cidade paraense. Isso tudo ocorria sem que houvesse uma expansão na infra-estrutura citadina e na oferta de empregos e moradias, determinando uma paisagem muito própria à cidade com uma diversidade de tipos étnicos e sociais que passaram a compor as chamadas camadas populares.

Nessa nova fisionomia social da cidade, projetada para estar de acordo com a civilização, figuras sociais populares que exerciam ofícios tradicionais em busca de sobrevivência, como o engraxate e os vendedores ambulantes, mesmo que fossem considerados incompatíveis com esse novo cenário, continuaram a existir estabelecendo liames com as experiências anteriores e estabelecendo novas relações necessárias para sua reorganização social.

No novo tecido urbano que se redesenha, uma nova maneira de apropriação desse espaço urbano pelos trabalhadores deixa entrever a construção de uma nova sociabilidade e as dissonâncias que se estabelecem como mecanismos de sobrevivência desses grupos. Ao mesmo tempo em que era anunciada a abertura de uma nova temporada da estação *tauromachica* no Coliseu do Largo Batista Campos, um carroceiro era preso por ter agredido um menor vendedor de doces, ou então, um espanhol vendedor de garapa se envolvia em confusão de rua com outro trabalhador. Essa nova paisagem urbana gerou disputas que resultaram em confrontos envolvendo trabalhadores de rua, sobretudo nacionais e estrangeiros. A imprensa é farta de notícias sobre os imigrantes, em especial os espanhóis, que eram vistos como necessários e, em outros momentos, como indesejáveis.

# TODOS AO COLYSEU!

Num domingo do mês de outubro de 1894, na Sala de Sessões da Real Sociedade Beneficente Portuguesa foi instituída a Empreza Tauromachica Paraense, tendo por fundadores indivíduos conhecidos no meio comercial[18] que abriam mão de quaisquer outras vantagens além das já conferidas a outros acionistas. Fizeram parte da solenidade pessoas ilustres da sociedade, como o barão de Marajó, acionistas da empresa e diversos aficcionados dos torneios *tauromachicos*. O barão de Marajó fez largas considerações sobre a viabilidade do empreendimento, como também sobre a facilidade que podiam ter os fazendeiros do Marajó, que poderiam obter produtos para o melhoramento das raças do gado.

Na ocasião, foi lembrado que deveria criar-se um montepio para os toureiros que nos torneios ficassem inválidos ou que fossem vitimados por moléstias epidêmicas. A Real Sociedade Portuguesa Beneficente também foi beneficiada no estatuto da empresa, que lhe dava direito ao produto da décima corrida de touros, considerada a última da primeira parte de cada época *tauromachica*, na qual trabalhariam gratuitamente todos os artistas. Acrescente-se que também fazia parte do estatuto da empresa a fundação de uma fazenda na ilha do Marajó, para nela apurar animais de raça bovina e cavalar, "pelo melhor dos sistemas adotados no estrangeiro...".

Também ficava estabelecida a aquisição da praça de touros denominada Colyseu Paraense, à estrada Conselheiro Furtado, de propriedade de José Candido da Cunha Osório. Ressalte-se que encontramos as touradas desde 1890, entretanto, em 1894 apresenta-se como necessária a criação de uma empresa que instalasse uma arena de touros, haja vista a decadência do espetáculo por falta de animais que tivessem sido criados para esse gênero de divertimento.

Na organização dessa nova arena de espetáculo observa-se preocupação com o conforto do espectador, tanto que se determina a construção de uma cúpula de vidro para evitar a chuva, bem como a conclusão, num

18 Os acionistas eram os senhores José Candido da Cunha Osório, José Ignácio Coelho, Joaquim Taveira Lobato, Joaquim Alves Moreira Rego, Augusto Pereira Soares Camarinha, Agostinho Gomes de Carvalho, Ricardo Teixeira Lopes, Joaquim da Silva Vidinha e Manuel Augusto Marques.

dos ângulos da praça, fronteiro ao largo Batista Campos, dos camarotes, o acabamento da ornamentação interior e a observância de rigor com a higiene e a ventilação do espaço, além da construção de cocheiras para cavalos e estábulos para touros.

A inauguração dessa nova praça de touros foi muito bem recebida pela imprensa local, a qual anunciava que a inauguração contaria com "quadrilha" procedente num vapor de Lisboa, com os cavaleiros Álvaro e Marques de Carvalho, quatro bandarilheiros, capas e seis moços de forcado.

O Colyseu deveria servir a outras funções, além da *tauromachica*, como: cavalinhos, torneios atléticos, pedestres, velocipédicos, bailes públicos e outras diversões.[19] Aliás, em algumas ocasiões faziam-se sessões beneficentes como a realizada no ano de 1894, em benefício de um cavaleiro *tauromachico*, o sr. Pinto, apontado como "um dos sympathicos vencidos da revolta republicana do Porto".

Esses sujeitos, imigrantes de além-mar, apesar da adversidade procuraram criar estratégias de sobrevivência, dando expressão a outras práticas, a outras formas de lazer, como as touradas, cujos espetáculos no "Circo Colyseu" eram constantemente divulgados nas gazetas da cidade. Essa diversão chegou a ser objeto de debate na imprensa, em virtude de uma reivindicação dos freqüentadores do espetáculo relacionada à circulação das linhas de bondes na área que atendia o Colyseu, aos domingos. Mas a solução encontrada pela Companhia Urbana foi a criação da linha Colyseu Paraense, cujo preço do bilhete era o dobro do preço convencional, gerando protestos por parte da imprensa que o considerava um desrespeito à lei e ao público das touradas.[20] Aliás, esse lazer sempre gerava polêmicas, fosse em relação ao transporte ou à música que fazia parte do espetáculo, como observamos na crítica veiculada em um periódico local:

> Numa praça de touro a música exerce uma função altamente importante nos arrebatamentos que a arte tauromachica estimula, conseqüentemente, é preciso que os executores obedeçam a própria conveniência para bem desempenhar sua função. Antes de começar as corridas não devem os intervalos exceder a dez minutos, e uma vez elas começadas a cada "sorte" devem ser tocados oito compassos (uma parte)...[21]

---

19 *Diário de Notícias*, Belém, p. 1, 28 dez. 1894.

20 *Correio Paraense*, Belém, p. 2, 13 maio 1893.

21 *Correio Paraense*, Belém, p. 2, 16 maio 1893.

A imprensa estava sempre a reclamar da música, chegando a registrar que muitas vezes os espectadores tinham de "botar os bofes pela boca fora", gritando "toque a charanga!", para que os músicos tocassem um trecho qualquer, tanto antes de começar o espetáculo, como no intervalo.

Nas touradas, a música funciona como um código no desenrolar do espetáculo, desde os primeiros tempos da arte taurina, "*muy especialmente en los rituales como son los de la guerra, el templo o la realeza*",[22] por isso era importante observar-se o ritual, daí a reclamação do articulista.

Essa imprensa especializada sempre estava atenta ao espetáculo das touradas, de modo que fosse perfeita a sua qualidade. Faziam coro com esses cronistas de plantão os freqüentadores da praça que sempre escreviam ao jornal a reclamar de algum espetáculo que apresentasse problemas no ritual da função. É o que se vê em carta publicada no jornal *Diário de Notícias* no dia 4 de agosto de 1894: reclamava o missivista do público freqüentador, e enumerava os vários tipos como aqueles que não conhecem nada do assunto e "danam-se a gritar prejudicando não somente a si mesmo como os vizinhos de cadeira, prejudicavam também os artistas que se distraiam como os 'inteligentes' que se deixavam levar por essa algazarra". Mas, adiantava o autor da carta, os "silenciosos" também incomodavam, pois "falam puxando as mangas do casaco do vizinho a quem empurram os dedos no estomago, batem no lombo, beliscam, acotovelam"; acrescentava existirem aqueles que ingeriam aguardente e começavam a contar episódios da terra onde nunca estiveram, a chorar o dinheiro que gastaram no bilhete, a lembrar dos tempos passados em que viram corridas de primeira em Vizeu, Espinhos, Figueira etc. Acrescenta o rabugento missivista que ainda existiam os "mirabolantes", sujeitos que vão de jaquetas, têm sempre intimidade com os toureiros, usam chapéu e abas largas, sapatos de salto de prateleira com esporas, camisa de *bullones* e o clássico cabelo *à la* flamenca pura e vão de bonde à praça de touros. Mas, são inofensivos, só podem prejudicar os alfaiates e sapateiros que confiam em seu crédito, arremata. Mas, caro leitor, existiam aqueles freqüentadores considerados "bons", pois mesmo

22 Actas Del Congresso Internacional; TOMÁS MARCO. De la música como tauromaquia. In: GONZÁLES, Antonio García-Baquero (Org.). *Fiestas de toros y sociedad*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2003. p. 638.

não conhecendo bem a matéria, comportavam-se educadamente, e aos poucos iam se acostumando a ver touros e a conhecer a sublime e difícil arte da tourada. Despede-se o reclamão em sua carta: "Até a próxima!".

Acreditem, a ameaça do missivista se concretizou. No dia seguinte uma nova carta é estampada com um enfático "Venho de novo à presença de V. Exc. no desempenho do honroso convite que se dignou dirigir-me". Desta feita a reclamação é contra os "Botas",[23] que se julgam conhecedores das questões taurinas e passam a gritar, xingar os toureiros depreciando as corridas de touros, quando tão pouco sabem sobre o assunto. Conclama o autor da carta que o público ajude no desaparecimento desse tipo que representa uma "verdadeira mancha de sandice e despautérios". Na realidade, esse missivista se arroga uma missão pedagógica, pois achava que deste modo estava cooperando com a "educação tauromachica da parte do nosso público", conclui. Nesse momento, a sociedade paraense está mudando com a chegada de novos sujeitos sociais, e com eles são postos em movimento modelos de comportamento, que lentamente mudarão[24] a nova feição da sociedade paraense.

Pela leitura dos periódicos depreende-se que havia grande aceitação, pelo público, das funções realizadas na praça de touros, tanto que as cartas aos jornais, em especial ao *Diário de Notícias*, eram quase cotidianas. Eram missivas que reclamavam do público, da arte de tourear, dos touros, enfim, tudo que se relacionasse com as touradas. Tudo que fosse abuso era considerado objeto de divulgação na imprensa, fosse por parte dos freqüentadores fosse pela crônica especializada. Registro uma das inúmeras cartas nas quais se reclamava de que "bandarilhar a touro parado em toureio portuguez é cousa que não existe, no entanto temos visto fazer isto muitas vezes aos artistas que agora toureiam entre nós". Continuava o missivista dizendo duvidar que na Espanha tivesse muito valor essa sorte, mas aqui, toureando à portuguesa, constituía uma prática, um abuso que devia ser denunciado.

Mas, também a imprensa chamava a atenção da polícia para o aglomerado de espectadores todos de pé, nos primeiros degraus da bancada, con-

23 Manuel Botas é o inteligente das corridas de touros das principais praças portuguesas há cerca de vinte anos.

24 Ver ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

siderando um abuso, visto que impedia muitas pessoas de olhar o torneio com comodidade.[25]

Os jornais davam espaço para longas crônicas que analisavam todo o ritual da tourada, desde a música, como já mencionamos, até a qualidade do gado. É o que se vê na crônica que analisava uma das touradas do mês de agosto de 1894, na qual se registra que o gado

> das fazendas do sr. Joaquim Teixeira Lobato, foi de certo, o principal reclame[26] que atraiu à praça considerável número de espectadores, que ali vimos; mas, por essa mesma razão, deveria a Empreza apresentar touros puros d'aquelle fazendeiro, e não os lidados recentemente, já destituídos de faculdades para a lide. Isto importa em uma desconsideração não só para o fazendeiro, que não terá assim empenho de fornecer touros...

Alertava o cronista que essa prática levava o público a se considerar iludido, principalmente ao ver lidar bois, em vez de touros. Reclamava por um espetáculo correto desde a sua divulgação, pois segundo o cronista

> nas principais cidades onde as praças de touros funcionam regularmente, na estação própria, os reclames para as diversões tauromachicas, além dos anúncios, são feitos por bandos de três ou quatro homens montados e bem trajados à fantasia, alguns dos quais chamam a atenção pública fazendo ouvir os sons dos instrumentos que tocam e um ou dois deles distribuem cartazes em todo o trajeto...[27]

O articulista dizia que no Pará o "reclame" do torneio era feito por um "truão vestido andrajosamente", como ocorreu com a tourada de um domingo de fevereiro de 1895, sobretudo porque o espetáculo contaria com a presença do governador do estado. Aliás, além de promover espetáculos beneficentes, o Colyseu sempre realizava corridas em homenagem às autoridades e sociedades de classes, como a função do dia 24 de março de 1895 dedicada "à briosa classe caixeral do comércio d'esse Estado", composta em sua maioria por imigrantes portugueses. Os bilhetes eram vendidos no Café Chic, na Mercearia Santos ou na Mercearia Baptista, ou ainda no Wery-Well de J. Ferro & Cia., e, no dia da corrida, nas bilheterias do Colyseu.

---

25 *Província do Pará*, Belém, p. 3, 6 ago. 1900.

26 "Reclame": anúncio, propaganda.

27 *Diário de Notícias*, Belém, p. 2, 12 fev. 1895.

Os patrocinadores das corridas sempre procuravam homenagear alguma pessoa ilustre que estivesse visitando a cidade, como a que se realizou num domingo de julho de 1899, dedicada a Coelho Netto. A importância da corrida se refletia no anúncio de quatro touros portugueses e quatro nacionais, afinal era um espetáculo para um ilustre escritor nacional. No dia seguinte a imprensa resenhou a corrida, concluindo que fora um esplêndido torneio, embora resumidamente escrevesse:

| | |
|---|---|
| Tarde: boa | Gado: valente |
| Música: assim, assim | Trabalho dos artistas: excelente. |
| Casa: boa | Trabalho do curro: bom |
| Inteligência:.....[28] | |

O interesse pelas corridas de touros resultou numa imprensa especializada ciosa de tudo que se relacionasse com os torneios, chegando até a reclamar da constituição de um regulamento para as corridas de touro, devidamente legalizado a fim de ser fielmente observado pela arrematante, como ocorria na Empreza Tauromachica Lisbonense, numa clara alusão de que nestas paragens amazônicas, o espetáculo das touradas deveria seguir os rituais da Península Ibérica. Algumas vezes a imprensa reclamava a ação da polícia para que a empresa promotora do espetáculo cumprisse fielmente o que havia anunciado no programa.

Contudo, a presença da praça de touros no largo de Batista Campos, animando as tardes de domingo dos aficcionados, em especial daqueles que tinham atravessado o Atlântico fosse da Galícia ou de regiões vizinhas, causava problemas aos moradores da cidade, em especial os situados nos arredores da arena, como os das ruas Caripunas, Timbiras, Mundurucus e Conceição, do bairro do Jurunas. Reclamavam os moradores que não podiam mandar os filhos menores ao seu Manoel da venda buscar o aviamento diário, com medo de um "lá-vem-boi!", como aconteceu com dois menores, filhos de dona Amélia Passos, moradora à rua Tupinambás, que só escaparam à sanha dos mencionados bois graças à intervenção de populares.[29]

---

28 *Província do Pará*, Belém, 24 jul. 1899.

29 Idem, 29 jun. 1899.

Mas, o que significou para os moradores da cidade esse divertimento trazido pelos "galegos"[30] que circulavam no espaço público vendendo peixe em carrinho de mão, carregando pianos de famílias ricas, trabalhando como chocolateiros, sapateiros, ou conduzindo carroças de leite? Para os nacionais que podiam pagar por uma entrada para assistir aos torneios, que variava de 20$000 (camarote) a 2$000 (cadeira ao sol), o espetáculo tornou-se um momento de lazer, tanto que a imprensa dizia que nas touradas "achava-se disseminada a alegria, a liberdade espontânea nos semblantes risonhos dos espectadores alegres".[31] Por esse motivo as touradas eram espetáculos para todo tipo de público, que lá ia passar divertidas horas do domingo, seu dia de descanso. Mas, também, eram uma forma de refinar comportamentos, torná-los mais elegantes, ou mais civilizados, afinal a arena de touros era também freqüentada por gente ilustre da cidade, como o governador do estado.

Contudo, entre aqueles que vinham do outro lado do Atlântico certamente essa expressão cultural, além de divertimento, era um dos mecanismos utilizados para manter os laços de solidariedade e o fortalecimento de suas identidades.

*Todos ao Colyseu!*
*Aos toiros!*

30 "Galegos": assim eram chamados portugueses e espanhóis.

31 *Correio Paraense*, Belém, p. 1, 30 maio 1893.